

“ENSINO E DEMOCRACIA NUMA UNIVERSIDADE SOB A LÓGICA PRODUTIVISTA: RELATO PESSOAL”¹

Paulo Gajanigo²

RESUMO: Trata-se de uma intervenção ao debate do Seminário de Alunos do PPCIS sobre produtivismo. Exponho minha breve trajetória na universidade registrando reflexões sobre a cada vez maior importância dos índices de produção. Busco relacionar experiência pessoal com algumas observações de caráter geral.

PALAVRAS-CHAVE: Produtivismo; universidade; ciência; docência; democracia

Recebido em: junho de 2013
Aceito em: dezembro de 2013

Para citar este artigo:

GAJANIGO, Paulo; Ensino e Democracia numa universidade sob a lógica produtivista: relato pessoal. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 4, no1, p. 1-7. DOI: 10.12957/intratextos.2013.8520

¹ Agradeço a Carlos Eduardo Rebuá pelas conversas e indicações de estudos sobre o tema.

² Professor adjunto da UFF, doutor em Ciências Sociais pela UERJ e coordenador do Núcleo de Estudos da Cultura no Capitalismo Tardio. Email: gajanigo@gmail.com

A organização do Seminário me pediu para tratar do tão falado produtivismo na universidade. Optei por fazer um relato da minha não tão longa trajetória acadêmica, desde minha entrada como estudante até o início de trabalho como professor adjunto. Em geral, portanto, falo como nativo. Todavia, apresento aqui algumas informações que recolhi de estudos sobre o tema, na medida em que ajude a entender o que vivi ou vivo. A justificativa dessa escolha não está por achar que minha trajetória seja louvável. Ao contrário, ela me parece muito similar a de muitos colegas. Exatamente por isso talvez seja útil segui-la aqui, por sua função exemplar advir do seu caráter médio.

Entrei em 2000 na universidade, no curso de graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Não acompanhei a conhecida crise das universidades federais, provocada pelo quase congelamento do orçamento durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Se ampliarmos para o período que vai de 1989 a 2002, vemos que o orçamento destinado às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi de R\$ 19.983 milhões ou 0,97% do PIB para R\$ 12.989 milhões ou a 0,53% do PIB, segundo Valdemar Sguissardi (2010). A redução orçamentária obviamente levou à precarização das condições de trabalho e estudo, mas parte do orçamento perdido passou a ser “complementado” por diversas vias. É nesse contexto que a verba das agências de pesquisa e da Capes passou a ganhar importância.

Como estudante da Unicamp não senti a precarização tão agudamente como os colegas das universidades federais, mas experimentei antes uma das consequências da diversificação do financiamento. A Unicamp foi uma das primeiras a ter fundações de direito privado. O efeito mais visível foi a discrepância entre institutos, laboratórios, núcleos de pesquisa que recebiam financiamento por essa via e os que não recebiam. Evidentemente, nas frequentes greves no período o mapa das paralisações tinha o mesmo desenho do mapa das regiões para onde não afluía a verba das fundações (demonstrando um dos efeitos da perda da isonomia salarial entre os docentes)³.

Minha pouca clareza de como se sobrevive hoje na academia – imaginava que o bom cumprimento de minhas obrigações nas disciplinas e das exigências formalizadas, como as confecções da monografia, relatório de qualificação e dissertação – me fez ignorar as exigências já ligadas ao novo poder das agências de pesquisa e da Capes. Cumpria com minhas obrigações frente

³ Uma consequência importante da diversificação do financiamento, mas que não é de interesse direto desse texto, foi a da transferência de verba pública para as universidades privadas. As agências de financiamento de pesquisa como parte significativa do financiamento das universidades coloca parte do fundo público à disposição das universidades privadas.

à Fapesp, mas não ia além disso. Terminei meu mestrado sem qualquer publicação ou participação em congresso.

Um ano depois da minha defesa de mestrado, tinha duas publicações e me dei por satisfeito, achava que era isso o real produto de meu trabalho até aí. Foi então que prestei um concurso para professor assistente na Universidade do Triângulo Mineiro. A experiência foi a do Matrix: bem vindo ao deserto do real. Ou bem-vindo à gincana acadêmica. Percebi – obviamente praticando a espionagem acadêmica, olhando o *lattes* alheio – que, se eu quisesse ser professor de uma universidade pública, teria que colocar a tarefa de publicar em revistas e apresentar trabalhos científicos como o eixo de minha atuação.

No doutorado, então, boleei a seguinte estratégia: conseguir ao máximo transformar meus passos na pesquisa em artigos, ou seja, formatar meus passos como artigos. Como meu doutorado foi estritamente teórico – era uma tentativa de síntese de algumas contribuições teóricas a certo tema – eu resolvi estudar meu objeto a partir de diálogos entre autores, e publiquei esses diálogos na forma de artigos. Há um termo já conhecido para definir minha estratégia, portanto, não original: “ciência salame”, uma pesquisa fatiada em finas camadas de artigos.

Confesso que fiquei um pouco obsessivo com isso. Pensava de fato em forma de artigo, em pequenos fôlegos unitários. E, claro, cada artigo sendo apresentado em um congresso. Mas realmente meu desejo de ser professor e minha imagem impressionista das exigências de publicação me fizeram intensificar exageradamente essa atividade. Talvez seja esse o sentimento que temos vivido e que nos ajuda a publicarmos artigos que não consideramos tão relevantes. Como indicam Castiel e Sanz-Valero (1999), “[h]á (...) estimativas de que cerca de 50% dos trabalhos em ciências sociais publicados jamais serão citados”.

Eu deixei de acreditar que no doutorado poderia desenvolver uma pesquisa livre, ou seja, que pudesse caminhar no ritmo da apreensão do objeto e comecei a achar que na vida pós-concurso eu poderia de fato realizar isso. Neste momento em que relato minha trajetória, encontro-me ainda impressionado com as exigências a serem cumpridas por um professor da universidade pública. A primeira coisa que aprendi foi que devo ter um projeto para tudo que farei e um relatório para tudo que fiz.

Com o alto grau de formalização dos trabalhos (o trânsito intenso de documentos entre

departamentos e pró-reitorias) e com o número insuficiente de funcionários especializadas nas tarefas administrativas – onde trabalho temos um funcionário do departamento para 20 professores – o resultado é que me vejo hoje gastando mais de 25% da minha jornada de trabalho com atividades de gestão. A política de enxugamento orçamentário combinada com o aumento de controle sobre as atividades dos professores parecem ter dado mais um membro, avantajado, ao famoso tripé ensino, pesquisa e extensão: a gestão.

Segundo Dias Sobrinho (2003), a universidade pública hoje é tratada como uma organização social, e não uma instituição social. A organização social difere-se por ser marcada pela instrumentalidade, a adaptação dos meios aos fins. A avaliação estaria pautada pela regulação e controle, que, para o autor, “prescinde de qualquer exercício de reflexão e de interrogação: os sentidos (da eficiência, êxito, lucro e seus meios, como o planejamento organizacional, a administração eficaz...) já são dados e seus sentidos se completam em si mesmos.” (*Ibidem*, p. 37). A universidade como instituição social se caracteriza por: estar “comprometida com os fins coletivamente reconhecidos e os valores que os sustentam”; ter “como fim o desenvolvimento dos valores da sociedade”, e por requerer “o reconhecimento público de sua legitimidade e autonomia”. Portanto, uma avaliação do trabalho deveria produzir “a reflexão e o questionamento, ou seja, a produção de sentidos.” (*Ibidem*, p. 37).

A avaliação não deverá ser realizada, então, como um processo de controle, punição ou premiação; mais propriamente, deve ser um processo integrado às estruturas pedagógicas, científicas e administrativas, com a finalidade principal de melhorar o cumprimento da responsabilidade social das IES, por meio de um aumento consistente da profissionalização dos docentes, revisão crítica dos currículos, programas, práticas pedagógicas, valor científico e social das pesquisas, impactos e inserção institucional na comunidade local, nacional e mundial etc. (*Ibidem*, p. 43)

Considerando esse tipo de avaliação pautada no controle e na contabilidade, que podemos dar o nome de produtivismo, gostaria de tratar de dois aspectos que, creio, são atingidos pela lógica produtivista: o ensino e a democracia universitária.

Tenho sentido um acirramento do conflito entre pesquisa e extensão. O controle hoje está no conjunto da vida universitária, mas o sistema de premiação está ligado à pesquisa. Ou seja, sob pressão, temos a tendência a responder com mais preocupação às avaliações de pesquisa do que as de ensino ou extensão. Pensemos no efeito das ações da Capes: o controle excessivo que a Capes exerce na pós-graduação, decidindo que programa vive, que programa agoniza, reverbera na graduação. Os problemas que identificamos na formação dos estudantes não conseguem receber a

devida atenção. Como resultado, temos uma hipertrofia organizativa da pós-graduação em contraposição à graduação. Para atender a todas as demandas da Capes: temos núcleos de pesquisa, revistas, mas não temos, ou quase não temos, reuniões para se discutir a graduação, o currículo, o desempenho e dificuldades dos alunos, o que os aguarda no mercado de trabalho, trocar conhecimento sobre conteúdos das aulas. Talvez o impacto mais doloroso no conjunto da vida universitária é a de uma graduação abandonada, desassistida. José Maria Alves da Silva (2012) afirma que a função da Capes foi desvirtuada, criada para incentivar a formação de quadros docentes, ao agir na pós-graduação com exigências altas em relação à pesquisa, acabou por, na prática, enfraquecer a atividade de docência.

O outro aspecto que gostaria de apontar sobre o impacto da lógica produtivista se refere à democracia da universidade. Vejo dois pontos importantes de tensão: o controle na gestão e a subjugação da universidade à Capes e às agências de fomento. A gestão da universidade é hoje amplamente compartilhada mas não democrática: o professor faz tudo mas decide quase nada. Não há espaços para definições de parâmetros de avaliação; o que fazemos, ao preencher formulários, escrever planos de trabalho, relatórios, não é gerir coletivamente, mas acatar cotidianamente parâmetros definidos alhures. A política acadêmica, a discussão coletiva sobre rumos da universidade exige espaço, tempo, hoje quase inexistentes. Em geral, não nos encontramos para conversar sobre esses temas, mas para compartilhar experiências e dar dicas sobre como devemos preencher formulários.

A ação da Capes na pós-graduação também pode ser identificada como outra causa de destruição de espaços democráticos. A pressão por metas, a luta hobbesiana entre os programas têm gerado um tensionamento nas relações entre professores, entre professor e aluno e entre alunos: (1) entre professores, considerando que a média de produção dos professores é fator significativo para a “saúde” do programa, a decisão de quem deve estar no corpo docente de um programa torna-se vital – o que tem gerado em muitos lugares uma patrulha, pela qual professores cobram, maldizem outros por sua baixa publicação e até os excluem do quadro do programa; (2) entre professor e aluno, a exigência de publicações discentes e de redução do tempo de permanência no curso faz do professor um cobrador de prazos. Lembro de um caso que vivi num programa de pós-graduação. A plataforma virtual de interface entre alunos e o Programa, a cada novo acesso, lhe recebe com uma mensagem, naqueles quadros que surgem no meio da tela, dizendo: “Faltam 15 meses para sua defesa!” (ou algo próximo a isso). Creio que ninguém esquece o prazo de 4 anos indicado para defesa (essa é a contagem regressiva que todos os pós-graduandos não conseguem ignorar). A lembrança de algo

inesquecível só pode ser percebida pelo aluno como um instrumento de controle e de demonstração de autoridade, mesmo que sem intenção. (3) entre alunos, a dificuldade que temos hoje de ocupar a representação discente frente aos órgãos universitários não me parece ser só porque nesse nível não vivemos o cotidiano universitário, há sim um menor sentimento de coletivo, pois estamos em um ambiente mais competitivo do que o da graduação. No geral, esses tensionamentos nas relações têm aumentado a hierarquização na universidade, há muitos receios em abrir espaços de discussão, de coletivizar as decisões⁴.

Lembrando a diferenciação colocada por Dias Sobrinho entre controle e avaliação, nossa luta não deve ser contra a avaliação, mas por uma avaliação que de fato considere a função crítica da universidade. Quando estava na graduação, o centro acadêmico em conjunto com a coordenação de curso (não sem tensões), formularam um processo avaliativo do curso que tinha como princípio a discussão coletiva, tanto entre alunos como entre os dois segmentos. A cada semestre nos reuníamos para discutir o curso. Com isso tínhamos um mapa detalhado dos problemas, nós, obstáculos do curso, mas, além disso, tínhamos a sensação de construí-lo. Nesse sentido avaliação pode ser também formação. Num mar de projetos, relatórios, prazos todos definidos por esferas distantes de nossa vida cotidiana acadêmica, temos a sensação que nossa formação só é possível quando conseguimos “driblar” a avaliação. Aquele sentimento de terminar um relatório e pensar que agora está com tempo livre para estudar, aprender: essa parece ser a condição produtivista⁵.

Referências Bibliográficas:

CASTIEL, Luiz David; SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3.041-3.050, dez. 2007.

DIAS SOBRINHO, José . Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. In: _____;

⁴ Um outro ponto que poderíamos discutir sobre o impacto do produtivismo na vida universitária é algo que já está sendo levantado por alguns estudiosos: o ambiente de estresse e o aumento das doenças de trabalho. Segundo Santana (2011), “quanto maiores o número de produção científica e o número de orientandos em média por ano, maiores foram as ocorrências médias de intervenções cardíacas, doenças coronarianas e os acidentes vasculares cerebrais (hemorrágico e isquêmico) em docentes de pós-graduação, principalmente, pela falta de dieta equilibrada e balanceada, de atividades físicas supervisionadas regularmente, e visitas médicas frequentes, justificados pela excessiva carga horária fora do expediente, para se manter os indicadores de qualidade dos cursos de pós-graduação e de seus currículos atualizados”.

⁵ Ou, como expressam José Rodrigues e Eunice Trein: “As exigências produtivas nos distraem, nos dividem, fragmentam nossos esforços, superficializam nossas produções, aligeiram nossa elaboração, nos confinam ao fazer em si nos apartando do para si, da reflexão sobre o valor de uso social para a classe trabalhadora dos resultados do que produzimos num cotidiano amesquinado. (...) Assim ficamos prisioneiros do sistema que criticamos, participamos da concorrência que condenamos, aprimoramos a avaliação que nos subjuga. Excedemo-nos nas horas de vida dedicada ao trabalho – vida morta”. (2011, p. 784-785)

RISTOFF, Dilvo I. (Org.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, p. 35-52, 2003.

SANTANA, Otacilio Antunes. “Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares”. *Acta Scientiarum*. Maringá, v.33, n.2, p.219-226, 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. Mercantilização e intensificação do trabalho docente – traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje. In: LÓPEZ SEGRERA, Francisco; RIVAROLA, Domingo M.. (Org.). **La Universidad ante los desafíos del siglo XXI**. Assunción: Ediciones y Arte S. A., p. 295-317, 2010.

SILVA, José Maria Alves da. Agências subordinadoras da universidade. <http://adunicentro.org.br/novo/?p=2827>, 24 de setembro de 2012.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Rev. Bras. Educ.** [online]. vol.16, n.48, pp. 769-792, 2011.

DEBATE: THE ACADEMIC PRODUCTIVISM AND ITS IMPACT ON UNIVERSITY LIFE.

ABSTRACT: This is an intervention on productivism in the debate of the Seminário de Alunos do PPCIS. I expose my brief career at the university recording reflections on the increasing importance of production rates. I seek to relate personal experience with some broad observations.

KEYWORDS: Productivism; University; Science; teaching; democracy